



*ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
MARINHA GRANDE*

Acta da Reunião



Data: 28-12-2017

Nº: 2

Destinatário:

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE

Handwritten signature and initials in blue ink.

ACTA NÚMERO DOIS

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Marinha Grande na sede da Junta de Freguesia de Marinha Grande com seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 – Discussão e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2018: Opções Plano: Proposta ----do Orçamento e PPI- Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades.-----
- 2 – Autorização Genérica da Assembleia de Freguesia para dispensa de autorização prévia da -- ----assunção de compromissos plurianuais -----
- 3 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal-----
- 4 – Apreciação do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia no 4º Trimestre de 2017-----
- 5 – Informação da situação financeira-----

O Presidente da Assembleia Esmeraldo Pedreiro (MPM) deu início aos trabalhos começando por cumprimentar todos os presentes incluindo os fregueses e a comunicação social.-----
Estiveram ausentes com falta justificada na (CDU) Carlos Oliveira Vicente, tendo sido substituído por Victor da Conceição Bernardino, no (PS) Amândio Fernandes tendo sido substituído por Helena Rodrigues.-----

De seguida o Presidente da Assembleia deu conhecimento dos tópicos principais do Regimento quanto ao seu funcionamento.-----

No período antes da ordem do dia e no espaço reservado ao público, foi dada palavra ao freguês Nuno Gonçalo que questiona a Junta de Freguesia sobre as obras a decorrer no Jardim Luís de Camões, relativamente à possibilidade de existência de vestígios arqueológicos, tendo sido informado pela Senhora Presidente da Junta de que as referidas obras não são da competência desta mas sim da Câmara Municipal.-----

Aires Rodrigues (+C) tomou a palavra questionando quem é a entidade responsável pela limpeza do espaço exterior do Centro de Saúde, bem como qual o ponto de situação das obras do novo edifício da Junta. A Presidente da Junta informou que a responsabilidade da limpeza pertence ao ACES mas que é efetuada por nós sempre que solicitado. Quanto às obras de requalificação do edifício da Junta, informou que o concurso efetuado ficou deserto, estando a decorrer alterações ao projeto por parte do arquiteto para lançamento de novo concurso.-----

Sesinando Araújo (BE) apresentou uma proposta para votação relacionada com a tragédia que se abateu sobre o nosso Pinhal do Rei, que se encontra anexa a esta ata, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Telmo Rodrigues (CDU) apresentou uma moção (Defender o SAP 24 horas/Defender a Saúde Pública), dirigida à Câmara Municipal da Marinha Grande que se encontra anexa a esta ata., tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) apresentou uma proposta relativa ao Pinhal do Rei que se encontra anexa a esta ata onde apela à não venda da madeira queimada suportando o Estado todo o prejuízo inerente.-----

07
Wesley
TH

Colocada a proposta à discussão, o deputado Vasco Silva (CDU) alertou a Assembleia quanto às contrariedades existentes na proposta, nomeadamente no que se refere a fatores fitossanitários relacionados com a não remoção da madeira ardida, que poderão colocar em causa as manchas ainda existentes. Informou ainda que o ICNF não possui sementes em quantidade suficiente para toda a reflorestação. Deu ainda nota que a madeira de reduzido diâmetro é aproveitada para criar barreiras de proteção do solo e para ser transformada em estilha.-----

A deputada Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) interveio na defesa da sua proposta, alegando que o principal objetivo é a não fruição de benefício por parte dos possíveis adquirentes que procuram aproveitar-se deste tipo de situações.-----

O deputado Telmo Rodrigues (CDU) sensibilizou a Assembleia afirmando “O Estado somos todos nós, pelo que alguém vai ter de pagar, nem que seja através dos nossos impostos”.-----

O deputado Aires Rodrigues (+C) opinou que “o produto da venda da madeira da mata deve ser obrigatoriamente investido na reflorestação e prevenção da Mata”.-----

O deputado José Jorge (CDU) interveio dando nota de que, independentemente do resultado final da votação da proposta apresentada deste órgão, a decisão da venda, ou não, da madeira nunca terá em consideração a decisão que a Assembleia de Freguesia vier a tomar.-----

Não existindo mais intervenções relativas à proposta em discussão, o Presidente da mesa colocou a mesma à votação, tendo obtido dezassete votos contra, uma abstenção e um voto a favor.-----

José Jorge (CDU) manifestou o seu desagrado relativamente à imagem da entrada sul da Marinha Grande, mais precisamente junto à Rotunda do Vidraceiro, face à vedação ali existente há vários anos na sequência de obras que ali deveriam ter sido realizadas. A Presidente da Junta subscreve o desagrado apresentado informando que vai pedir esclarecimentos à Câmara para posteriormente informar a Assembleia.-----

Vasco Silva (CDU) apresentou uma moção relacionada com os incêndios no Pinha do Rei que se encontra anexa a esta ata, tendo sido aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção.-----

De seguida o Presidente da mesa colocou à votação a ata de instalação e a ata número um da sessão extraordinária desta Assembleia realizadas em vinte e três de Outubro de dois mil e dezassete, as quais foram aprovadas por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia Esmeraldo Pedreiro (MPM) deu início aos trabalhos de acordo com a ordem estabelecida na convocatória da referida reunião, designadamente:-----

1 – Discussão e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2018: Opções Plano: Proposta do Orçamento e PPI- Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades.-----

Na abertura deste ponto o Presidente da mesa informou a Assembleia de que ao analisar os documentos enviados, identificou uma diferença de quatro mil e quinhentos euros entre a receita e a despesa. De imediato informou a Presidente da Junta, tendo ela reconhecido a diferença e verificado que não passou de um lapso na introdução de dados na rubrica 02 02 19 – Assistência Técnica, cujo valor é bem dezassete mil euros e não doze mil e quinhentos euros como indicado nos documentos enviados. Como esta alteração foi apresentada à Assembleia

fora do prazo estabelecido no Regimento, o Presidente da Assembleia solicitou a concordância da mesma para que esta alteração fosse aceite na análise dos documentos em causa, não existindo oposição de nenhum membro da Assembleia.-----

Aberta a discussão tomou a palavra o deputado Marco Sousa (PS) questionando que não identificava no orçamento a verba transferida pela Câmara Municipal, nem como a mesma era aplicada, tendo sido informado que esta questão será visível na apresentação de contas referentes a 2017.-----

Para uma maior perceção por parte dos membros da Assembleia dos documentos em causa, o deputado Telmo Rodrigues (CDU) solicitou uma explanação da proposta de orçamento sendo esta efetuada pela Tesoureira da Junta com a colaboração pormenorizada da Presidente.-----

Sesinando Araújo (BE) manifestou a satisfação por algumas das sugestões apresentadas pelo (BE) terem sido contempladas no Plano de Atividades. Questionou sobre a possibilidade de serem efetuadas reuniões nas coletividades para informação aos fregueses sobre segurança. Alertou para a ausência de passeios e iluminação na Rua dos Oleiros.-----

Carlos Gomes (MPM) congratulou-se com o facto de algumas das sugestões do MPM para o Plano de Atividades terem sido consideradas. Solicitou esclarecimentos quanto a algumas rubricas do orçamento face aos valores em causa, nomeadamente:-----

Outras Transferências PEPAL 2015-7.600,00€. Uma receita de 2015, Porquê?-----

Seminário Exposições e Similares – 15.000,00€. Que tipo de eventos já estão previstos?-----

Publicidade – 10.000,00€. Quais os meios utilizados e para que objetivo?-----

Assistência Técnica – 17.000,00€. Que tipo de assistência técnica?-----

Instituições sem fins lucrativos-Associações, Clubes e Outras Entidades – 40.000,00€. Sem querer de modo algum colocar em causa o quanto é extremamente importante o apoio dado a estas instituições, existe algum meio de critério instituído, pelo qual se rege a decisão na atribuição destes apoios?-----

Viadutos arruamentos e obras complementares 40.030,00€ - São referentes ao que é apresentado no anexo I das Opções do Plano?-----

Instituições sem fins lucrativos- 5.000,00€. Porque se trata duma despesa de investimento que instituições estão contempladas e para que fins se destinam as verbas?-----

Em resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia, a Presidente da Junta informou que esta não tem à sua responsabilidade nenhuma rua da freguesia, tudo depende dos acordos de execução que são negociados com a Câmara Municipal, sendo esta a responsável pelo fornecimento da massa asfáltica que, por sua vez, é aplicada pela Junta de acordo com os protocolos estabelecidos, sem esta matéria-prima não é possível executar os trabalhos que estão planeados.-----

PEPAL – Continuamos a aguardar o recebimento desta verba de 2015.-----

Associações- Não existe regulamento. Conhecemos bem as Associações. Temos necessidade de criar um regulamento, vamos trabalhar para isso através de pesquisa noutras freguesias.--

Despesa de investimento- Ex: Substituições de telhados das Associações-----

Arruamentos – Todos os trabalhos exteriores, não são os do anexo I-----

Publicidade- Anúncios nos jornais de todas as atividades da Junta.-----

Aires Rodrigues (+C) tomou a palavra, concordando com a Presidente da Junta no que se refere ao incumprimento dos acordos estabelecidos por parte da Câmara Municipal, não se podendo fazer milagres com a falta de apoio evidente. Apelou para que a Junta seja mais exigente e assertiva na negociação desses acordos.-----

Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) interveio no sentido de a Junta e a Câmara, em conjunto, sensibilizarem a população para a regularização dos canídeos.-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da mesa Esmeraldo Pedreiro (MPM) colocou os Documentos Previsionais para o ano 2018 (Opções Plano: Proposta do Orçamento e PPI- Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades) à votação, sendo os mesmos aprovados por maioria, com cinco abstenções da bancada do (PS) com declaração de voto anexa a esta ata. A minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

2 – Autorização Genérica da Assembleia de Freguesia para dispensa de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais-----

Sobre este ponto a Presidente da Junta Isabel Freitas (CDU) informou detalhadamente a Assembleia quais os compromissos plurianuais em causa.-----

Colocado o ponto à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade assim como a respectiva minuta de deliberação.-----

3 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal-----

Telmo Rodrigues (CDU) questionou a Presidente de Junta se esta tem falta de pessoal ao que a mesma respondeu que não. Tem conhecimento que as restantes Juntas do concelho têm ao seu serviço pessoal da Câmara, a senhora Presidente respondeu que a Junta tem ao seu serviço dois funcionários do Município há mais de vinte anos. Foi informada pela senhora Presidente da Câmara de que esta tem poucos funcionários para o exterior.-----

Colocado o ponto à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade assim como a respectiva minuta de deliberação.-----

4 – Apreciação do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia no 4º Trimestre de 2017----

Com vista ao esclarecimento de dúvidas, usaram da palavra os deputados Marco Sousa (PS), no que se refere aos valores colocados no relatório de atividades, não sendo possível compará-los com a verba atribuída pela Câmara. Telmo Rodrigues (CDU) tentou ajudar na interpretação do relatório, Aires Rodrigues (+C), Pedro Edra (MPM) alertaram para divergências no nome de algumas ruas apresentadas. Em resposta ao deputado Marco Sousa (PS) a senhora Presidente esclareceu que o relatório de atividades não obriga à colocação de verbas, essas são obrigatórias no relatório de contas, mostrando-se indignada com a questão levantada, informando que nos próximos relatórios já não seriam indicadas as verbas. Victor Santos (CDU) indignado com a questão vem solicitar que a indicação de verbas se mantenha, sendo corroborado pelo Presidente da Assembleia que afirmou que desta forma tudo é mais claro.----

5 – Informação da situação financeira-----

A Assembleia tomou conhecimento da atual situação financeira da Junta, informação a cargo da senhora tesoureira. Telmo Rodrigues (CDU) na posse da palavra verifica uma redução de cerca de dez mil euros no saldo de gerência situação que vem confirmar que o orçamento da Junta é insuficiente para as necessidades, devendo pressionar-se a Câmara para o aumento das verbas a disponibilizar. Sobre este assunto, a Presidente da Junta informou a Assembleia de que a Câmara tem uma dívida para com a Junta de cerca de setenta e cinco mil euros relativos à sua responsabilidade com a Orquestra Juvenil.-----

Outros assuntos

Na posse da palavra o Presidente da Assembleia questionou a mesma sobre a disponibilidade para a **criação de um grupo de trabalho**, constituído por representantes de todas as forças políticas para *Alterações ao Regimento desta Assembleia*, a serem apresentadas ao órgão deliberativo para aprovação na próxima Assembleia Ordinária. A sugestão foi bem acolhida pelo deputado Sesinando Araújo (BE) e Aires Rodrigues (+C). Assim o grupo de trabalho fica constituído pelos seguintes deputados: Vasco Silva (CDU); Marco Sousa (PS); Esmeraldo Pedreiro (MPM); Sesinando Araújo (BE); Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) e Aires Rodrigues (+C).

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes, desejando um Bom Ano, e deu a mesma por encerrada às zero horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dezassete.

O Presidente da Assembleia de Freguesia



Esmeraldo Manuel Rosa Pedreiro

O Primeiro Secretário



Célia Morgado

O Segundo Secretário



Alda Fernandes